

Boletim Informativo 4

Nova Cartografia Social da Amazônia

Edição Especial Novembro de 2010

O DIREITO DE DIZER “NÃO” à construção da **HIDRELÉTRICA** **DE MARABÁ.**

Convenção 169: OIT

PARTE 1 - POLÍTICA GERAL

Artigo 3o

1. Os povos indígenas e tribais deverão gozar plenamente dos direitos humanos e liberdades fundamentais, sem obstáculos nem discriminação. As disposições desta Convenção serão aplicadas sem discriminação aos homens e mulheres desses povos.
2. Não deverá ser empregada nenhuma forma de força ou de coerção que viole os direitos humanos e as liberdades fundamentais dos povos interessados, inclusive os direitos contidos na presente Convenção.



“Vangloria-se o Tocantins de já nascer grande, porque logo desde a sua fonte a pouco mais de três tiros de espingarda, de nenhuma sorte dá vau, ainda na maior estação do verão. Recolhe o rio Tocantins muitas águas em muitos rios. Tem quatro braços, ou ramos principais”.

“Mas do Tocantins podem ver, e inferir os leitores, quanto se poderia dizer dos mais, se deles já tivéramos as notícias necessárias.”

(DANIEL, João 1722-1776, 2004. Vol. 1, p. 60 e 69)



Ponte Rodoferroviária sobre o rio Tocantins

Nos meses de maio, julho, agosto e setembro de 2009, realizaram-se diversas reuniões e atividades em Marabá, sudeste do Pará, nas quais participaram representantes de instituições públicas, associações, movimentos sociais. Na ocasião, estudaram o Projeto de Aproveitamento Hidrelétrico de Marabá – AHE Marabá (prevista no PAC - Programa de Aceleração do Crescimento do Governo do Presidente Luis Ignácio Lula da Silva) e procederam a examinar as situações e problemas sociais já em curso e as projeções sociais, econômicas e ecológicas que produzirá sobre a vida de mais de 40 mil pessoas com a construção de uma nova hidrelétrica sobre o rio Tocantins. Equipes de pesquisadores, agentes de movimentos sociais, de organizações não-governamentais realizaram uma viagem pelo rio Tocantins, partindo de Marabá até a sede do município de São João do Araguaia para realizar observações sobre este trecho do rio.

Visitaram e entrevistaram indígenas em suas aldeias, moradores nos seus povoados, participaram de reuniões, produziram levantamento de informações em órgãos públicos, bibliotecas, coligiram e organizaram dados tanto no Pará quanto no Maranhão e Tocantins com objetivo

de montar este Boletim Informativo Nº 4 do PNCSA. A atividade de pesquisa continuou até outubro de 2010 para sua finalização. Nessa sequência, aconteceram reuniões no assentamento Araras, na vila de Apinajés e acompanhamento de duas outras reuniões, a primeira na aldeia Parkatejê no dia 28 de abril e a segunda, solicitada pelos vereadores da Câmara Municipal de São João do Araguaia, no dia 15 de maio de 2010.

Este documento tem a finalidade de divulgar e ampliar o conhecimento sobre este projeto que desconsidera o direito dos povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, pescadores, extrativistas); ouvir e partilhar das questões relativas à construção dessa hidrelétrica, que produzirá a desterritorialização de grupos sociais e profundos conflitos socioambientais. Intervenções deste tipo já marcaram o rio Tocantins com a construção das hidrelétricas de Tucuruí (1976 - 1984), Estreito (2007 - em construção), Lajeado - AHE Luis Eduardo Magalhães (1998 - 2002) e outras estão previstas: Serra da Mesa, Canabrava, São Salvador, Peixe Angical, Ipueiras, Tupirantins, Serra Quebrada e Marabá. Ainda na bacia do Araguaia-Tocantins estão Itacaiunas I, Itacaiunas II e Santa Isabel.

Série: Movimentos sociais e conflitos nas cidades da Amazônia.

Coordenação: Alfredo Wagner Berno de Almeida - NCSA/CESTU/UEA, CNPq e Rosa Elizabeth Acevedo Marin - UFPA-NAEA/UNAMAZ

Organização desta edição: Joseline Simone Barreto Trindade - UFPA-Campus Marabá – PPGA; Rosa Elizabeth Acevedo Marin UFPA-NAEA/UNAMAZ

Colaboradores: Irislane Pereira de Moraes (UFPA, PPGA), Thiago Cruz (Ciências Sociais, UFPA-Marabá) Eric de Belém Oliveira (FUNAI, UFPA), Rogério Paulo Hohn (MAB), Raimundo Gomes da Cruz Neto (CEPASP), Daniela Hohn (MAB), Bruno Malheiros (UFPA-Marabá), Cynthia Martins (UEMA), Eliana Teles Rodrigues (UFPA, PPGA); Ulisses Guimarães (PPGG-UFPA)

Revisão: Camila do Valle **Projeto Gráfico:** FATO Comunicação

Fotografia: Arquivos do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), Arquivo Fundação Casa da Cultura de Marabá; Irislane Pereira Moraes; Joseline Simone Barreto Trindade; Rosa Elizabeth Acevedo Marin; Agnelo Queiroz

Catálogo na Fonte: O Direito de dizer “não” à construção da hidrelétrica de Marabá

B688 Boletim Informativo Nova Cartografia Social da Amazônia: O DIREITO DE DIZER “NÃO” à construção da HIDRELÉTRICA DE MARABÁ. Ano 3, n.4 (Nov.2010) / Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, organizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida... [et al]. - Manaus:UEA Edições / PPGAS-UFAM, 2010. 16 p.: il.

Semestral
ISSN - 1984-6371

1. Conflitos Sociais - Amazônia - Periódicos I. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia II. Almeida, Alfredo Wagner Berno de.

CDU 316.48 (811)(05)

Ficha elaborada por Rosenira Izabel de Oliveira - CRB 011/529

Capa: Primeira: Foto do Rio Tocantins retirada do livro de Ignácio Moura, de 1925. Destaques, segunda, vista do Rio Tocantins

Projeto da Hidrelétrica de Marabá

A construção da hidrelétrica de Marabá invade, interfere na vida dos assentados, dos indígenas, dos pescadores, dos ribeirinhos, dos moradores de bairros das cidades, produzindo um espaço de relações específicas com cada uma dessas categorias.

Esse jogo de relações se estabelece com a Eletronorte, FUNAI, INCRA, IBAMA, Governo do Estado e ainda com as empresas de consultoria e construtoras.

A FUNAI decide, em Brasília, a forma como os indígenas serão “convencidos a aceitar” o empreendimento. O INCRA omite-se em tratar o que ocorrerá com os assentados. As Consultoras elaboram os estudos “instantâneos” de EIA, RIMA. O Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA procuram acelerar a aprovação do Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental. Os governadores, os prefeitos unem-se em “consórcios”. Muitos políticos, senadores, deputados, vereadores opinam a favor de sua construção por entender que representa “benefícios” para o Estado, a região e os municípios.

A Eletronorte continua a prática de ordenar e decidir projetos deste tipo, desconsiderando os direitos dos sujeitos sociais. Os primeiros anúncios situam o cálculo de quantos serão “atingidos”, dito de forma tão espontânea, tão natural como a quantidade de megawatts a ser produzida, a área do reservatório, o custo da obra e o número de empregos.

A razão maior é a lucratividade do empreendimento para os setores energético e mineral, que são os principais interessados na construção desta obra de infraestrutura. Como todos os projetos de construção de hidrelétricas na Amazônia, são indiferentes às vozes, opiniões, angústias, inseguranças e outros sentimentos dos Indígenas, Assentados, Ribeirinhos, Quebradeiras de coco babaçu, Moradores de novos e antigos povoados ou cidades do vale do rio Tocantins. As chamadas “reuniões públicas” se realizam sob um esquema de convencimento e de autoridade por parte dos técnicos a partir do discurso que anuncia os benefícios. Com este busca-se, desviar a atenção sobre esses sujeitos sociais, seus modos de vida, territorialidades específicas ameaçadas e ainda sobre os conflitos socioambientais que o empreendimento hidrelétrico provocará.

O Projeto da Hidrelétrica de Marabá já estava formulado, desde 1980, no Programa Grande Carajás - PGC. Retomado em 2001, marca novos passos com os chamados “estudos de viabilidade” e as “reuniões públicas”, que estão sendo feitos sem o consentimento dos assentados, ribeirinhos e indígenas.

Síntese do Projeto da Hidrelétrica	<p>A hidrelétrica de Marabá está planejada para ser construída distante 4 km a montante da Ponte Rodoferroviária do Tocantins.</p> <p>O custo de sua construção está estimado em dois bilhões de dólares, com um prazo de construção médio de oito anos.</p> <p>Esta hidrelétrica terá capacidade de produção de 2.160 MW, tornando-se um aporte considerável para o Sistema Interligado Nacional. Localmente fornecerá energia para empreendimentos siderúrgicos ampliação das minas de ferro e cobre e projetos do parque de Ciência e Tecnologia de Marabá.</p> <p>A hidrelétrica formará um lago 3.055 km – bem maior do que o lago formado pela hidrelétrica de Tucuruí. Serão inundados 1115km² de terras (mais de 110 mil hectares de terras férteis).</p>
Atingidos pelo projeto	<p>Atingirá 12 municípios em 3 estados: Pará (Marabá, São João do Araguaia, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Nova Ipixuna, Palestina do Pará); Tocantins (Ananás, Esperantina e Araguatins) e Maranhão (São Pedro da Água Branca e Santa Helena).</p> <p>A barragem atingirá mais de 10 mil famílias, cerca de 40 mil pessoas, segundo dados fornecidos pela Eletronorte.</p> <p>Indígenas, quebradeiras de coco babaçu, pescadores, assentados, ribeirinhos, moradores de povoados e cidade estão sendo ameaçados pelo projeto.</p>

Wakymãhã mekto kônhito nxàkaka: O direito de dizer “não”!

Wakymãhã mekto kônhito nxàkaka significa: “Nós não aceitamos a construção de barragem, de jeito nenhum”, na língua Gavião. Esta frase foi dita por um **Akrâtikatejê, Hôpnyre Ronore Jônpikti Payaré**, liderança indígena, em relação ao projeto de hidrelétrica de Marabá.

Akrâtikatejê, Hôpnyre Ronore Jônpikti Payaré . I Seminário Nacional de Educação Indígena realizado na aldeia Kiykateje, em julho de 2009.

Payaré é um líder reconhecido na luta em defesa dos direitos indígenas. Sua liderança foi construída, quando com os demais integrantes do seu povo Akrâtikatejê (Gavião da Montanha) resistiu para permanecer no território ancestral.

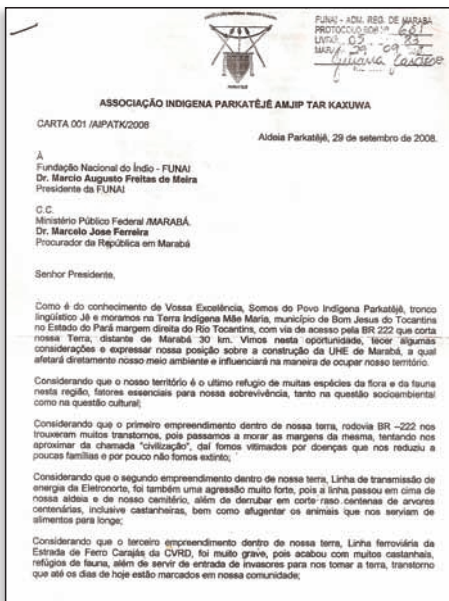
Na década de 1970, a Eletronorte pressionou-os a sair das Terras da Montanha, localizadas na margem direita do rio Tocantins, onde foi levantado o canteiro de obras da hidrelétrica de Tucuruí. Payaré foi torturado. Os parentes lhe aconselharam a vir para Mãe Maria. O povo Akrâtikatejê continua a exigir, por ser de direito, a devolução da área (o que não vai ocorrer já que está debaixo d'água); ou a reposição de novas terras, em igual dimensão e qualidade ecológica. Além disso, eles reclamam uma indenização pelos prejuízos sofridos quando da transferência e por ter ficado tantos anos privados de seu território.

Payaré, ao contar sua história de dizer “não”, mostra sua mão esquerda, que fora quase decepada, em 1984, em virtude de uma das inúmeras ações de pressão para que saísse das Terras da Montanha. Ante esta violência, registrou uma declaração pública de ameaça de morte, no Cartório do 2º Ofício de Marabá. Ao se referir a sua mão, marcada com uma cicatriz profunda de corte de facão, Payaré afirma que aquele fato só serviu para lhe fortalecer e continuar a luta contra os desmandos dos que queriam a ferro e a fogo lhe usurpar o território ancestral.

A construção da Hidrelétrica de Tucuruí não significou somente a perda de seu território, fato que configura grave violação dos seus direitos. Após o deslocamento compulsório, os Akrâtikatejê tiveram que enfrentar com os demais grupos indígenas, novas intervenções em seu território: construção da BR-222 (antiga PA-70); a linha de transmissão de alta tensão da Eletronorte, a estrada de Ferro Carajás.

A linha de alta tensão de Tucuruí na Terra Indígena Mãe Maria resultou no desmatamento de uma faixa de 19 km de castanhais. Momentaneamente, o território indígena foi ocupado por “posseiros”, deslocando o conflito com a empresa para desencontros entre indígenas e posseiros.

A retomada do projeto da Hidrelétrica de Marabá, em 2001, coloca os índios Gaviões em estado de alerta.



Carta dos Indígenas Parkatejê à Funai.

Quadro I : Terras indígenas ameaçadas pela AHE de Marabá - Estado do Pará.

Terra Indígena	Município	Área total(ha)	Situação Fundiária	Etnia	População (hab)
TI Mãe Maria	Bom Jesus do Tocantins	62.488,45	Demarcada e Homologada 21/08/1986	Gavião Parkatejê	342
				Gavião Kyikatejê	242
				Gavião Akratikatejê	39
TI Sororó	São Geraldo do Araguaia	26,257,89	Demarcada e Homologada	Suruí Aikewara (aldeia Sororó) Suruí (aldeia Itahi)	314 49

Fonte: Mapa demonstrativo das Populações Indígenas Arquivo Funai (AERMAB)-Funasa (2009)

Quadro II: Terras indígenas ameaçadas pela AHE de Marabá - Estado do Tocantins.

Terra Indígena	Município	Área total (ha)	Situação Fundiária	Etnia	População (hab)
TI Apinayé	Tocantinópolis, Mauritanía do Tocantins, São Bento e Cachoeirinha	141.904,00	Homologada (03/11/1997)	Apinajé	1.262

Fonte: site do Instituto Socio-Ambiental (acessado maio de 2010)

Quebradeiras e Assentados: o que dizem?

Nos municípios de São João do Araguaia, São Domingos do Araguaia, Palestina do Pará e Brejo Grande organiza-se a coordenação regional do Movimento Interstadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB.

Em São Domingos do Araguaia, no dia 29 de agosto de 2009, estavam reunidas 19 quebradeiras que vivem e trabalham nos assentamentos Araras, 21 de Abril, Castanheira, Vila São Benedito, além de quatro mulheres de Palestina do Pará, todas em áreas que estão ameaçadas de ficar submersas pela formação do lago da Hidrelétrica de Marabá.

“Se depender de mim, eu luto mesmo! Cada uma das quebradeiras de coco e assentadas pensa assim” (Sra. Ana Rosa)

As quebradeiras de coco babaçu têm feito denúncias frequentes sobre a devastação dos babaçuais através do desmatamento indiscriminado, a produção de carvão vegetal feito de coco babaçu nas carvoarias para alimentar os fornos de ferro gusa, a expansão desordenada do rebanho bovino e, mais recentemente, enfrentam as incertezas da construção da hidrelétrica de Marabá.

A Sra. Maria Raimunda Benício falou: “Nós estamos com 22 anos, recebemos a terra no dia 19 de dezembro de 1987. Nesse ano vai festejar 22 anos do Araras. As pessoas não estão querendo essa hidrelétrica... nem no Landi, Ubá, São João do Araguaia, Apinajés. A gente está reunindo pra fazer grupos, fazer manifestação. O Sindicato orienta pra nos fazer algo. Muita gente que não quer. Eu tenho 80 pés de laranja, tenho mais frutas e não estou pensando em barragem. Se a gente fincar pé, não acontecerá. Se aqui pode eclodir, pode morrer muita gente se quebra o muro”.

No Castanhal Araras, explicou a Sra. Maria Raimunda, vem ocorrendo a entrada de técnicos de empresas contratadas para fazer medições. Eles não informam sobre seus propósitos e entram sem solicitar licença. “Eles fizeram levantamento dos lotes que vão ser ‘atingidos’ e marcaram três reuniões, mas nunca vieram”. Outra observação feita na oportunidade dizia respeito aos compromissos do INCRA com o programa de moradia: “O INCRA mandou fazer cinquenta casas e quem vai inundar é a barragem. Assim que vamos receber essa casa, mas é a barragem que vai ocupar. Minha casa ainda não terminou e já está ameaçada. E eu sonhei com essa casa”.

A Sra. Edna Santos mora na vila São Benedito e diz que a “Eletronorte chega para fazer cadastro e mais cadastro; é o mesmo que dizer para fazer despejo. Nós estamos sabendo, porque vimos no mapa de uma estrada que vai ser aberta que vai para Carajás, que vai cortar o povoado e tudo vai mudar, porque os que saírem dos assentamentos lá na frente, vão vir para cá. Também virão muitos problemas com essa estrada asfaltada”.



A Sra. Maria Raimunda Benício dos Santos coordena o Grupo de Mulheres do Castanhal Araras e faz parte do MIQCB.

As quebradeiras de coco e assentadas, a maioria, têm 20 anos na terra conquistada

Portanto, constituem o núcleo dos que permanecem. A Sra. Raimunda Alves Costa refletiu sobre o que representa o lote e afirmou: “com a hidrelétrica, vamos perder tudo que construímos. Eles nem vão nos indenizar! Vai ser como em Tucuruí que não indenizaram e vamos ficar sem nada”.

A Sra. Edna Santos acrescentou: “Eletronorte vai dar mixaria... e volta, vamos ter que entrar na justiça e ela não vai querer saber”.

As quebradeiras de coco e assentadas reconhecem que trabalharam e ficaram com mais idade e sentem a ameaça de perder a terra e as dificuldades para recomeçar tudo, novamente, do zero.

Palestina do Pará é, na representação da Sra. Maria Romana (75 anos), “quase uma ilha; de um lado o Araguaia e de outro o Tocantins. E eu não sabia que sou uma atingida. A Eletronorte já entrou, e nós estava em reunião do Sindicato e das Quebradeiras.”



À direita a senhora Edna Santos explica a forma impositiva dos cadastros dos assentados realizados pela Eletronorte.



Sra. Maria Romana, quebradeira de coco babaçu, moradora em Palestina do Pará, durante o encontro realizado no Sítio do Bispo, em São Domingos do Araguaia.

As questões que dizem respeito à indenização tomam a forma de um jogo de imposições e cinismo. Uma entrevistada comentou a recomendação do técnico: “Vocês plantem, vão plantando bastante açaí, que depois vamos indenizar, sobretudo açaí, tamarina, acerola, goiaba e você vai ficar rica...”. Uma assentada relatou que em uma reunião ficaram sabendo que “alguém que tinha tempo morando e tinha cem alqueires tinha a mesma indenização de um que tinha cinco...”.

Outras situações tornam-se insuportáveis para quem tem crédito, como a senhora Ana Rosa, que está devendo

“Eu amo, eu amo este lugar”

quatorze mil reais e tomou conhecimento que fariam desconto: “Falaram que vão indenizar e se está devendo ao banco vai ser descontado. Eu estou cheia de filhos; vou ficar na rua, sem nada!...”.

A fala da senhora Rosa dos Santos Silva, do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu e “assentada” no PA 21 de abril, foi enfática no temor à construção da hidrelétrica: “Hoje todo mundo tá velho. Não tem condições de colocarem a gente debaixo da água, é muito difícil a gente chegar ver o lote da gente, virar só água”.

Quando eu vejo falar disso eu fico triste demais... Tudo que a gente sofreu aqui por um pedaço de terra, pra hoje a gente, de repente, sair. E difícil demais... Às vezes, eu digo que só vou sair daqui quando os bichos tiver tudo boiando por aí... Eu luto por aquele lugar, porque eu amo aquele lugar, onde a gente criou nossos filhos, trabalhou... pra gente sair de repente? Não é fácil não. Meus filhos todos foram criados naquele lugar, já tenho netos. Eu amo aquele lugar. A gente luta muito, enquanto eu puder lutar, eu luto por aquele lugar. O que depender de mim eu luto mesmo. Eu amo aquele lugar!”.

No Assentamento 21 de Abril moram “49 famílias” e ali os mais “atingidos serão os de baixo. “Ali vai encher as grotas. O capim vai morrer. Os lugares altos têm lugar que vai ficar seco”. Este é o trecho da fala de Francisco Silva, filho da senhora Rosa dos Santos Silva.

Políticas fundiárias no sudeste do Pará: decisões arbitrárias

Desde os anos setenta, na região sul e sudeste do Pará, ampliaram-se os níveis de disparidade no controle dos recursos naturais, aferidos pelo índice de concentração fundiária, os que pareciam difíceis de serem revertidos pela ação de entidades de representação dos trabalhadores rurais (Sindicatos), de instituições de defesa e assessoria às reivindicações camponesas e indígenas. As ocupações de terra vieram se contrapor à lógica dos “patrões dos garimpos”, das empresas mineradoras e da oligarquia da castanha, convertidos seus membros em pecuaristas. O fenômeno da violência contra os “posseiros”, garimpeiros, indígenas, cobrou dezenas de vítimas. Foi depois desses acontecimentos que alguns receberam lotes nos assentamentos e passaram a ser classificados de assentados do programa de Reforma Agrária do governo federal.

Os movimentos de camponeses e índios reivindicaram e conquistaram o direito de continuar a utilizar os recursos, de permanecer na terra e circular livremente, exigir condições dignas de trabalho e respeito às normas contratuais. Enquanto isto, a permanência de um sistema social repressivo no campo e de forças conservadoras amparadas no aparato policial militar e em recursos jurídicos do Estado favoreceu a impunidade.

Hoje, como ontem, o que está em evidência é a forma como o Estado assume o poder de mudar o destino de grupos humanos, oferecendo-lhes uma alternativa de localização espacial, de dispor dos recursos naturais e de estabelecer normas para a ocupação, o uso, a exploração e a distribuição de terras nos denominados assentamentos; essas possibilidades expressam e potencializam o poder do Estado. Todavia, na situação presente, este irrompe contra essa conquista dos assentados, que re-



Mulheres quebraadeiras reunidas em São Domingos do Araguaia (19/08/2009)

presentaria a “territorialização do campesinato” no sul e sudeste do Pará. Mas quando se decide a construção da hidrelétrica de Marabá desmontam-se os projetos familiares e coletivos dos assentados.

O sucesso de suas lutas concretizou-se nos assentamentos, como política oficial de regularização das terras. Os assentamentos do INCRA no Sudeste estão calculados em 500, o maior número em todo o país, e representa, na ótica do Estado, um financiamento elevado nesta política.

Com a construção da hidrelétrica, esse mesmo Estado assume o poder de mudar o destino desses grupos desfazendo e desmontando os projetos individuais e coletivos dos assentados.

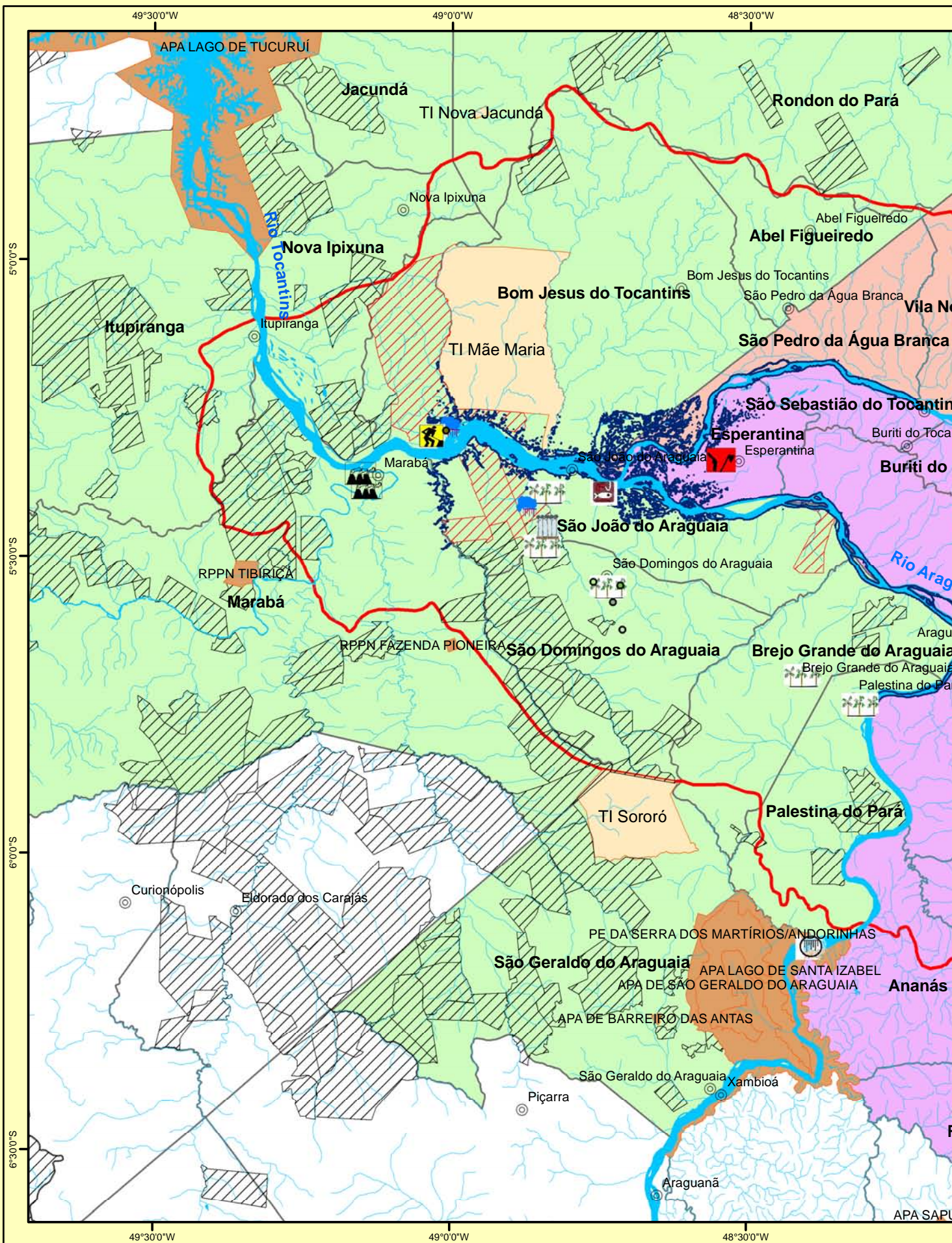
No conjunto dos assentamentos, nenhum atingiu o título de “emancipado”. Nesta situação, como fica a autonomia dos assentados em decidir face à intervenção do Estado para construir a hidrelétrica?

Com esta ação, o Estado faz e refaz políticas. Grupos de assentados retornam à situação de reassentados. Qual é a sustentabilidade da política de assentamento? No quadro 3, estão os assentamentos que serão total ou parcialmente inundados com a formação do lago.

Babaquais no PA Castanhal Araras



Hidrelétrica de Marabá: Territorial



Qualidades Específicas e Conflitos

PNCSA
 Novembro - 2010



Legenda

- Siderúrgica de Ferro Gusa
- Vila Espírito Santo
- Vila de Açaizal
- Vila de Santana
- Vila de São Benedito
- Vila de São José
- Vila de Apinajés
- Canteiro de Obra
- Área de Conflito - Bico do Papagaio
- Hidrelétrica Projetada
- Antigo Castanhal
- Marco de Instalação Sem Autorização
- Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
- ⊙ Sedes
- Área a Ser Inundada
- Hidrografia
- Unidades de Conservação
- Projeto de Assentamento Ameaçado de Inundação
- Projeto de Assentamento
- Terra Indígena
- Área de Influência Indireta
- Limites Municipais
- Municípios do Pará Situados na Área de Influência Indireta
- Municípios do Tocantins Situados na Área de Influência Indireta
- Municípios do Maranhão Situados na Área de Influência Indireta



10 5 0 10 20 30 Km

Sistema de Coordenadas Geográficas
 Lat/Long
 Sistema de Referência
 WGS-84

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
 Cartografia: Ulisses Guimarães
 Eliana Teles
 Joseline Trindade
 Rosa Acevedo

Base de Vetorial: SIPAM/IBGE (2004) em escala original de 1:250.000. Base de Projetos de Assentamentos do INCRA.

Assentados: O que perdem?

Entrevista com o Sr. Luís Gonzaga, assentado do PA Araras, (17/07/2005)

Como o senhor adquiriu o lote?

Adquiri aqui o seguinte, com muita dificuldade, né? A gente chegou, hoje estamos aqui, a gente chegou a adquirir esse lote, num foi fácil, de maneira alguma. Eu morava, na época, bem no Maranhão, e aí trabalhava lá, lá num tinha terra, trabalhava na vazante, aí surgiu essa invasão lá no Mãe Maria, e por bem eu achei e um companheiro, um cumpade meu foi pra lá e depois chegou animado que também ia entrar nessa guerra né? Lá era tipo uma guerrinha, lá num era muito fácil. Chamou, me convidou e eu pensei assim: 'daqui uns dia eu vou topar'. Aí topei e fumo. Começamos a entrar lá e começamos a enfrentar a batalha. Dizendo que era de um mês pra outro a gente adquiria essa terra, né? Quando a gente sentava pra conversar: Não, tal mês vai resolvida e a gente já vai ganhar a terra, então borá lá que é ligeiro não sei o quê. E cada mês vinha essa história de mês a mês, certo que foi mais de um ano nessa luta e cada dia aumentando pra frente, chegava hora de eu dizer que eu ia até disistir, eu pensava, a mulher num gostava dessa ida pra lá mais não, que ninguém ia ganhar mais essa terra, eu só deixando ela sozinha, teve dia da gente ficar até assim meio abusado uns aos outros, por que ela queria que eu dismanecesse da caminhada e eu num queria, né? Digo não eu lá to cum um difunto, vamo dizer um doente, ou enterro ou então eu vejo levantar sadio, aí eu decido sair, então ou lá eu recebo a terra ou então desenganado que nós num recebe, mas enquanto isso eu num saio(...) e assim continuamos, né? Caminhando pra lá direto e as vezes em quando muita bagaceira de conflito, essa coisa toda, era pirigoso, até que graças a Deus começaram a entrar em acordo pra negociar a área, veio o momento de negociação, entra a FUNAI, Vale do Rio Doce, foi que formou essa negociação, né? Pra tirar a gente de lá e dá outra área, que é essa aqui, ser todo mundo remanejado pra cá.

A gente como já tava na luta, a gente vai escapar, às vezes vai miorar e graças a Deus miorô mesmo, né? Aí fumo tirado, vamo pro INCRA, no INCRA vocês vão passar lá quinze dia, com quize dia, no máximo é quinze dia ou um mês, vocês já vão direto pra dentro da terra lá. Fumo lá pro INCRA, chegamos lá acampemo debaixo de um pé de manga, num barracão véi lá, só água quente e

muriçoca, tudo o que num prestava, e guento sete mês lá. Passar só um mês ou quinze dia, passou sete mês, enfrentamo lá essa dificuldade, aí cum sete mês foi decidido essa mudança nossa pra cá. Chegemo ainda na coisa boa, chegemo ainda era mata pura, mata virge de tudo quanto era jeito, aí logo de frente a gente encontrou uma história duma malária, né? Eu cum quinze dia que cheguei cum minha família aqui no assentamento fui logo tirando meus dois menino mais velho, já quase, num foi na rede, porque botamo logo no caminhão na porta do madeiro, e aí começou a carretilha, o sofrimento, cum oito dias eu vim lá do SESP fui visitar os outros e tinha dois do mesmo jeito, quase esfraquejando, levei também, a mulher assombrou e disse: Eu num fico. Joguei tudo em cima do madeiro e fumo pra lá, deixamo tudo aí largado, mora lá em baixo, lá em baixo, lá passemos um mês e vinte e cinco dia, era só dando alta um e outro caindo, até os



Oficina no PA Araras

derradeiro foi eu e a mulher. Então isso num é moleza, né? A gente enfrentô, aí a mulher dizia: num vamos mais pra lá não. Eu digo: Vamo. As enfermeira, o doutor dizia: num vá não que você vai perder sua família. Digo: Vamo nós, vamo e não vamo perder ninguém. Vocês vão morrer. Eu disse: morro se ficar aqui, aqui vô morrer de fome, morrer de tanta coisa. Aí teimemo e voltemo mesmo pra cá, e graças a Deus, hoje tamos, aquela história: foi um sonho que a gente sonhou, encontrou muita dificuldade na estrada, na viagem, mas se realizou e hoje na realidade que a gente se encontra hoje, graças a Deus, a gente tá satisfeito. Num tem vitória sem uma história, né? É uma luta. Quando vê uma pessoa contar uma história que tem uma vitória, tudo, mas ele num contou uma história, uma luta, aquela conversa, ele entrou pela porta do fundo.

“Essa hidrelétrica vai ser uma catástrofe, vai dizimar uma comunidade, vai desaparecer com uma história”

(Senhor Raimundo Barbosa, 52 anos, vive há 20 anos no PA Castanhal Araras)

Quadro III. Assentamentos que serão atingidos pela Hidrelétrica de Marabá

Assentamentos que serão atingidos pela AHE Hidrelétrica de Marabá no Estado do Pará

Nome do PA	Ano de criação	Nº de famílias	Localização / Municípios	Área (ha)
Castanhal Araras Assentamento em consolidação	4-08-1987	92	São João do Araguaia	5.084,8463
21 de Abril Assentamento em consolidação	9-11-2000	48	São João do Araguaia	1.699,9892
1 de Março	15-06-1998	350	São João do Araguaia	1.0960,292
Mãe Maria Assentamento em Instalação	09-12-1999	92	Bom Jesus do Tocantins	3.876,7200
Prata *	22-12-2009	79	São João do Araguaia	3.064,258
Bom Jesus *	22-12-2003	48	Brejo Grande	1.506,5284
Angical *	27-05-1998	97	Palestina do Pará	4.822,7145
Açaizal *	27-05-1998	85	Palestina do Pará	3.216,9550
Rio Mar *	09-12-1998	90	Palestina do Pará	3.636,1100
Lago Azul *	30-12-1999	96	Nova IPIXUNA	3596,5006
Castanheira II *	14-01-1999	156	Brejo Grande	3894,8209
Moreschi *	27-05-1998	122	São João do Araguaia	3.820,3000
Bacabal Grande * (Projeto Estadual de Assent. Sustentável)	22-12-2009	43	Bom Jesus do Tocantins	28507500
Sabino São Pedro *	22-09-1999	75	Marabá	2.3148861
N S Perpetuo * Socorro	24-12-1999	60	Marabá	1593,6640
Primavera do * Araguaia	16-09-1998	174	São João do Araguaia	3.600.0000
Pimenteira *	16-09-1998	137	São João do Araguaia	3468,2471
4 de julho *	2-09-2002	62	São João do Araguaia	1350,0000
Ubá *	17-06-1997	62	São Domingos do Araguaia	4289,5955

* Assentamento Criado

Fonte: Sistema de Informação de Projeto de Reforma Agrária. Acessado (25/03/2010) - INCRA

Assentamentos que serão atingidos pela AHE Hidrelétrica de Marabá no Estado do Maranhão

Nome do PA	Ano de Criação	Nº de Famílias	Localização / Municípios	Área (ha)
ÁGUA BRANCA *	12/01/2007	42	S. P. da Água Branca	3.576,9730
Novo Horizonte I *		65	Santa Helena	1.841,0800
Campo Novo *		34	Santa Helena	96,0000
Tambor Centro Velho *		206	Santa Helena	5.773,0910
Deus Proteja *	09/05/2005	138	Vila Nova dos Martírios	3.326,7090
Dibom I *	30/09/2005	484	Palmeirândia	3.425,8240
Dibom II *	30/09/2005	260	Palmeirândia	1.576,1720

* Assentamentos Criados

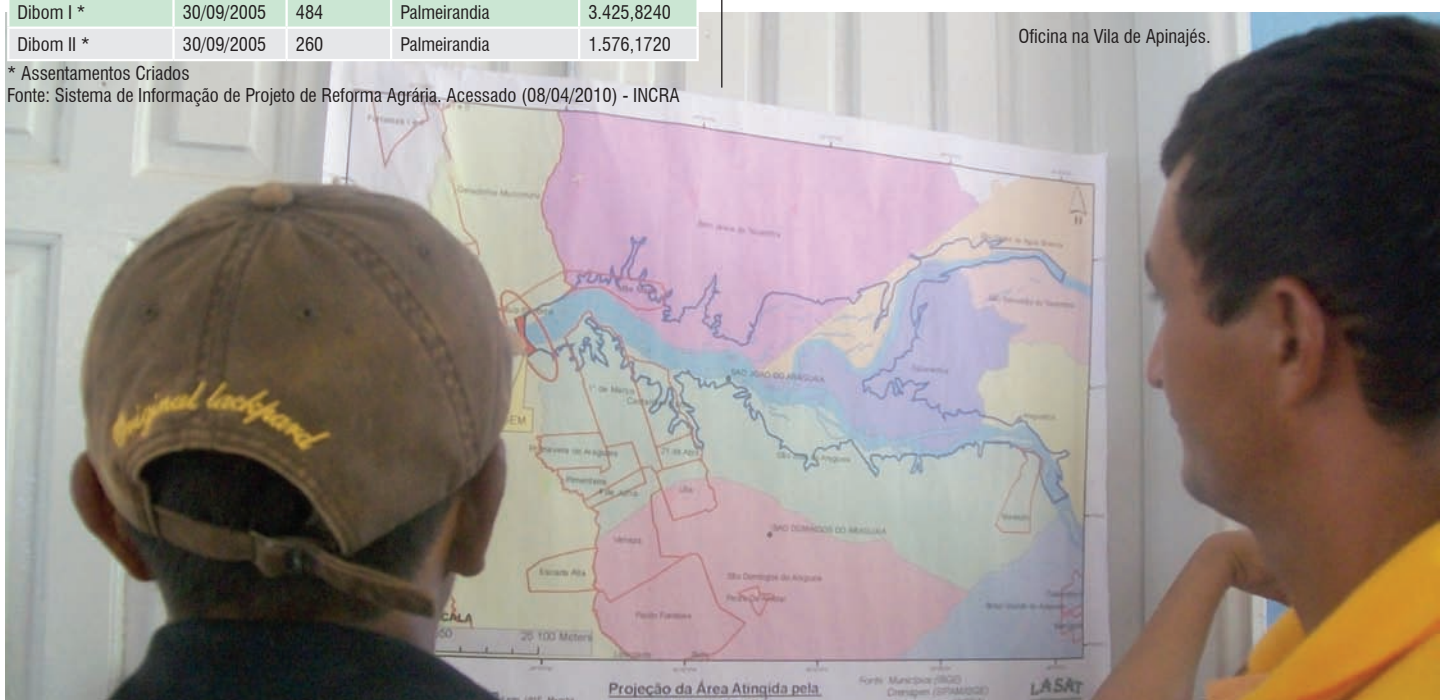
Fonte: Sistema de Informação de Projeto de Reforma Agrária. Acessado (08/04/2010) - INCRA

Assentamentos criados nos municípios da Área de Influência de AHE Marabá no Estado do Tocantins.

Nome do Assentamento	Município	Títulos Concedidos	
Trecho seco	Araguatins	TD	1
Ouro Verde	Araguatins	TD	87
Nova Vida	Araguatins	CU	6
Ronca	Araguatins	CU	6
São José	Araguatins	TD	59
Atanasio	Araguatins	TD	67
Marco Freire	Araguatins	TD	43
Padre Josimo	Araguatins	TD	41
Dona Eunice	Araguatins	TD	44
Mutirão	Araguatins	TD	24
Rancho Alegre	Araguatins	TD	28
Petrônio	Araguatins	CU	18
Santa Helena II	Araguatins	CU	2
Nova União	Araguatins	CU	79
Tobasa	Esperantina	CU	29
Araguaiala	Esperantina	TD	34
Boa Esperança	Esperantina	TD	39
Lago Preto	Esperantina	TD	33
Mulatos	Esperantina	TD	34
Bico do Papagaio	Esperantina	TD	14
Tocantins	Esperantina	TD	10
Portela	Esperantina	TD	16
Vazante	São Sebastião do Tocantins	TD	2
Nova Estrela	São Sebastião do Tocantins	TD	41
Pingo d'Água	São Sebastião do Tocantins	TD	40
Jurandi Belizário	São Sebastião do Tocantins	CU	2

TD: Título de domínio
CU: Concessão de uso

Fonte: Sistema de Informação de Projeto de Reforma Agrária. Acessado (17/09/2010) - INCRA





Quem garante que nós vamos receber indenização?!

Mulheres pescando a beira do rio Tocantins

Entrevista com Sra. Maria Luzimar da Silva. Assentada do PA Araras (17/07/2009)

A Senhora sabe o que é uma hidrelétrica?
Imagino... É uma fonte de energia, né, que poderia ser até pra baratear mais o nosso consumo, quando na verdade a gente sabe que construindo uma hidrelétrica aqui perto, só vai acabar com tudo que a gente tem e poderá deixar gente sem receber nada.

Porque eu vejo falar muito em questão de indenização, indenização disso, daquilo, mas eu num acredito muito, não, porque também além de uma indenização, vejo tanta gente que perdeu o que tinha e hoje vive na pior.

Que, além disso, que ninguém se preocupasse que todo mundo ia ser indenizado né, quando fosse pra começar ia passar alguém tomando o nome de todo mundo pra poder fazer essa indenização. Mais recente, acho que há uns dois anos, houve uma reunião na vila, o pessoal da Associação, do Sindicato (STR), Emater, um bucado de coisa aí, trouxeram um pessoal aí, pra passar o vídeo mostrando justamente a situação que acontece com os alagados, né? depois que, assim é um fato que vai sair a barragem é um fato, talvez seja até um fato consumado né, então vai sair? Vai. Agora quem garante que nós vamos receber essa indenização?! né? Então se sair, alguns recebem outros no recebem. Resultado, mesmo que receba, vai ficar sem a terra, vai ficar na pior, né. Deles entra na justiça dele num entra, deles recebe o que ele dá, que sabe que alguns dele quando disser assim: a barragem vai sair, você tem tantos dias pra dá o lote desocupado, pra sair da terra. Você tem que sair, porque o quê que você vai ficar fazendo dentro d'água. Né? Infelizmente.

A senhora acha que a barragem tem alguma importância para a sua família e para a comunidade? Qual?

Não, a importância que eu vejo é só pra aumentar os cofres públicos. Só isso que eu vejo, porque pra nós a energia mais caro que eu acho é a nossa. E nós tamos usando a hidrelétrica aqui no nosso estado. Deveria ser uma energia mais barata, o que a gente vê passa na televisão é que as próprias pessoas que moram perto da hidrelétrica não tem energia.

“Apinajés, a maior paixão que eu tenho”.

Meu nome é Juarez Monteiro Chavito, eu tenho poucas palavras pra dizer, conhecido por Zé Chavito, nascido e criado nessa região. Sou pai de 21 filhos, e tenho 60 netos, 20 bisnetos. A história que eu tenho pra contar sobre Apinajés, eu amo esse lugar. Apinajés, a maior paixão que eu tenho. Quando foi a época em 42, a época do garimpo do diamante, a história de Apinajés, eu vou contar do começo, esse Apinajés aqui era uma aldeia de índio, ai muitos tempos, assim meus avós contava, e ai se acabou, ficou como Apinajés aqui, era uma aldeia de índio Apinajé. E aí, eu saía três hora da madrugada, quando era 5 horas eu vinha carregado de peixe; isso se acabou, hoje não tem caça, hoje não tem tracajá, não tem tartaruga, hoje não tem mata. Eu era castanheiro, trabalhei de castanha muito tempo, trabalhei no garimpo, me filiei na colônia de pescador, tô com 35 anos que labuto na colônia, me aposentei e me afastei. Eu não tenho mais força pra sair daqui e fazer outra casa, tenho 75 anos. Mas eu trabalho na minha roça, se vocês pudesse fazer um passeio lá na vazante para conhecer e vê que eu tô falando a verdade. Eu tenho um jardim muito lindo, eu tenho felicidade, isso que eu tenho medo de perder. Mais se Deus ajudar nós, é uma alegria da minha vida tá tendo essa oportunidade de tá no meio de vocês. (Oficina 27 de junho de 2010, na vila de Apinajés)



Sr. Juarez Monteiro Chavito



Vista do rio Araguaia, Vila de apinajés, São João do Araguaia

Em Apinajés está a Colônia de Pescadores Z-45, que congrega o maior número de pescadores ativos.

Meu nome é Maria Eliene Ferreira da Silva, nasci e me criei dentro do Apinajés. Tenho 30 anos, e o que eu digo, Apinajés, é uma vila muito histórica pra gente, a gente não quer a que a barragem chegue e tome ela, e seja destruída, porque vai destruir a nação brasileira, nos não pode destruir com a nação brasileira, porque é muito im-

portante pra gente, né?

Sou pescadora tenho minha carteira de pescadora. Eu vivo da pesca, boto roça também, nós veve disso. Ai se destruir tudo, pra onde nós vamos? Tenho seis filhos, pra onde que eu vou correr?

(Oficina 27 de junho de 2010, na vila de Apinajés).

Vila de Espírito Santo



Localizada na margem esquerda do rio Tocantins, receberá o canteiro de obras e está em posição estratégica, pois nela será construído um muro de contenção. No verão de 2008, tiveram inúmeras “visitas” de funcionários das empresas terceirizadas. O senhor Jorge comentou: “as pessoas das empresas entram e o primeiro que fazem é destruir. E quando se pergunta o que fazem? Dizem que cumprem ordens” (Sr. Jorge)

O diálogo com os funcionários das empresas é também ríspido, marcando a autoridade e a irreversibilidade da decisão: “você não podem embargar. Se você impedir, vai ser processado, vai à cadeia. Na casa do senhor Benedito, eles cortaram arame e foi a empresa. Nós fomos com o senhor Benedito. Os caras cortaram arame e foi encontrado o gado do Benedito em Bacabal. Eles cortaram e não pediram licença para ninguém”.

O Sr. Jorge da Associação dos Moradores de Espírito Santo, detém informações sobre o que ocorrerá nos assentamentos adjacentes:

“A hidrelétrica expulsará 40.000 pessoas. O quadro dos expulsos não é para provocar sorrisos. Mais acima entra, na ocupação Landi (ocupação com mais de sessenta famílias), na área do assentamento Mãe Maria; no Ubá. Em São João do Araguaia e Tocantins. Em alguns pontos está tudo controlado por meio de radar - impedem esse projeto. Na proximidade de Bacabal há algumas pedras, eles guardaram... Também serão submergidas fazendas, escolas, postos de saúde. São dez assentamentos. A vila e terras do povoado de Espírito Santo têm limites com a

Reserva Mãe Maria, na faixa que foi invadida por “posseiros”. Na atualidade, está rodeada de fazendas (a maior com extensão de 200 alqueires), as chácaras têm sido adquiridas por moradores da cidade de Marabá como espaço de lazer nos finais de semana e de famílias que ali vivem e cultivam”.

Em Bacabal e Espírito Santo, os denominados “chaqueiros”, proprietários de chácaras entre 10 a 20 hectares, também estão em estado de alerta com a construção da hidrelétrica de Marabá. O senhor Artemiro, “chaqueiro de Bacabal”, reuniu-se ao grupo que conversava no Bar de dona Cláudia. Ele disse: “esse meu sítio tem quatro alqueires. Está na Gleba Geladinho, que vai até Flecheira, onde é Mãe Maria. Isto aqui é do INTERPA; aqui é do tempo do GETAT. O documento da Gleba está com o INCRA. Nós não sabemos o que vai acontecer com a gente. Eu já plantei muitas fruteiras”.

Pescadores, marisqueiros, como ouvimos falar em Espírito Santo, experimentam a diminuição dos recursos da ictiofauna pelas alterações do regime hidrológico do rio Tocantins, provocado pela barragem de Tucuruí. No trecho entre Marabá e São João do Araguaia, as condições de trabalho dos pescadores foram profundamente afetadas com a construção da hidrelétrica de Tucuruí. O novo empreendimento barrageiro da AHE Marabá repercutirá nas suas práticas desenvolvidas nesta bacia do Araguaia-Tocantins, e em Itacaiúnas, onde também estão previstas mais duas barragens.

São João do Araguaia foi fundada em 1911 e é o município com maior população rural do Sudeste do Pará. Em 2007, São João do Araguaia tinha um total de 17.957 habitantes sendo que mais de 80% (14.419 habitantes) estava classificada como rural.

A formação do lago irá atingir em cheio seu centro histórico, onde está a igreja matriz em honra a São João Batista. O cemitério, centenário, que está na margem do rio Tocantins, também irá submergir.



Cidades, Vilas desaparecerão com a construção da AHE de Marabá



Festa do Divino Espírito Santo - Bairro Santo Rosa Marabá (11/07/2009)

Hidrelétrica: mais um enclave

A partir da Segunda Guerra Mundial, sob a hegemonia norte-americana, desenvolve-se o centro do capitalismo mundial com a participação de sete países, que passam a dirigir, econômica e politicamente, o planeta terra, subordinando às suas regras as periferias asiáticas, africanas e a América Latina, consideradas como potencialmente fornecedoras de matérias-primas necessárias ao desenvolvimento econômico do centro.

A hidrelétrica Marabá é mais um empreendimento dentre os diversos que têm sido implantados na Amazônia para atender a estes interesses, com a desagregação social própria desta lógica. A hidrelétrica e o lago que será formado expulsarão de suas terras 10 mil famílias de agricultores, extrativistas, pescadores, ribeirinhos e moradores diversos de cidades de nove municípios dos Estados do Pará, Maranhão e Tocantins.

Como este empreendimento não trará benefícios para a população regional mas, sim para as poucas empresas que comercializarão a energia produzida pelo empreendimento, ele não nos interessa; portanto, não poderá ser construído. "Vida em primeiro lugar: a força da transformação está na organização popular." (Grito dos(as) excluídos(as) 2009).

Raimundo Gomes da Cruz Neto
CEPASP - Marabá-Pará

**Vamos evitar esse
Desastre!**



! Encontro das Águas

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia - (UFAM/UNAMAZ)

Dia 11 de julho de 2009

Saída 7h30min da Colônia de Pescadores Z-30

Tocantins

Barraram-me de ser menino

Barraram-me de cumprir o meu caminho

Barraram-me de escolher o meu destino

Agora sou chamado à existência para não mais existir

De quem serão as horas contadas por minha correnteza?

Como discorrer o tempo ao vento se querem me afogar?

São as lágrimas de um mundo doente que vão me inundar?

No verde destas águas que ainda me restam

Reflete um passado infeliz que teima em voltar

Não basta de insanidades?

Deixem que eu seja tribo

Deixem que eu seja vivo

Tenho um sentido com milhões de sentidos

Não vou deixar de ser adulto

Não vou desviar o meu trajeto

Não vou seguir o absurdo

Da ganância de um projeto

Querem me roubar a alma

E justificam isso por escusos fins

Mas permanecerei firme

Às margens de mim Tocantins

Bruno Cezar Malheiro

11 de fevereiro de 2010.



Igreja de São João do Araguaia

O rio e o homem

Lúcio Flávio Pinto

Estive pela primeira vez no local onde seria construída a hidrelétrica de Tucuruí em 1973. Nessa época, nada sugeria que aquela paisagem – física e humana – iria se transformar tanto. Andei pelas pedras situadas exatamente no ponto onde seria levantada a grossa parede de concreto, de 78 metros de altura. Ela seguraria as águas do rio Tocantins, o 25º maior curso d'água do planeta, com mais de dois mil quilômetros de extensão e que já chegou a verter quase 70 milhões de litros de água por segundo, em 1980, drenando uma bacia que ocupa 10% do território brasileiro.

Quando a obra da 4ª maior hidrelétrica do mundo foi iniciada, em 1975, imaginava-se que ela custaria 2,1 bilhões de dólares (acabou saindo por pelo menos cinco vezes mais) e inundaria uma área de 1.160 quilômetros quadrados (alcançou 3.100 km²).

Supunha-se também que iria colocar o Pará entre os Estados mais desenvolvidos da Federação. Um quarto de século depois que a usina entrou em operação, o Pará, com o 2º maior território e a 9ª maior população do Brasil, é o 16º em desenvolvimento humano e o 21º em PIB per capita. É o terceiro Estado que mais exporta energia no país. É sangrado em suas riquezas, que vão para outros rincões. Por isso é pobre.

Pode-se mudar esse modelo de desenvolvimento “rabo-de-cavalo”, que só cresce para baixo? A julgar pelo modelo da segunda grande hidrelétrica do Tocantins, mais de

200 quilômetros a montante de Tucuruí, não. A AHE (nova nomenclatura das UHEs, talvez de sentido marqueteiro) se propõe a gerar 2.160 megawatts (ou seriam 2.760 MW? Os prospectos não esclarecem), à custa de inundar 1.115 km² e absorver dois bilhões de dólares em oito anos. Este é o ponto de partida, geralmente embandeirado e festivo. Qual será, porém, o ponto de chegada?

Quando planejava sem prestar contas a ninguém, a Eletronorte achava que podia extrair 22 milhões de MW em 27 barramentos na bacia do Araguaia-Tocantins. Concluída a usina de Tucuruí, faria duas hidrelétricas no Araguaia (Couto Magalhães e Santa Isabel). Aí voltaria ao Tocantins para levantar a barragem de Marabá.

Os anos passaram e o cronograma, felizmente, não se cumpriu. Sinal de que as projeções de consumo, que exigiam fazer obras monumentais, a toque de caixa, não estavam certas. Mas e agora? Qual a garantia que temos? É a verdade o que nos anunciam, de forma tão escassa? Talvez só a conquistemos quando, ao invés de sair furando os rios e concretando seu leito, num ziguezague sem controle da sociedade, se passe a considerar o que a natureza está cansada de mostrar: um rio não é uma sucessão de pontos isolados, mas um conjunto harmônico, integrado, completo. Não se pode modificar parte dele sem afetar o todo.

Por isso, antes de fazer, é preciso saber, conhecer a amplitude e respeitá-la. Para não destruir a pretexto de construir, não construindo o melhor para a maioria.

O setor energético brasileiro e a construção de barragens

A construção de barragens no Brasil tem causado inúmeros impactos sociais e ambientais à população e ao meio ambiente. Segundo estudos, já se construíram mais de 2 mil barragens no Brasil, expulsando mais de 1 milhão de pessoas de suas terras e alagando mais de 3,4 milhões de hectares de terras férteis. Segundo estudos de viabilidade, prevê-se a construção de mais de 1.400 novas barragens até 2030, sendo que mais de 300 estão em solos Amazônicos, para atender às empresas multinacionais.

Essas barragens têm mostrado que a energia gerada serve para atender as grandes indústrias multinacionais instaladas aqui, que pagam 10 vezes a menos de tarifa que o povo brasileiro. Só a VALE consome quase 5% de toda a energia brasileira e paga 3 centavos pelo Kw consumido, enquanto o povo paraense, paga mais de 30 centavos/Kw.

A barragem de Marabá também tem essa finalidade. Ao invés de gerar desenvolvimento, emprego e oportunidades para a região, significa gerar energia para as grandes indústrias de mineração da região e regiões mais desenvolvidas do país. Além disso, vai servir para o saqueio ainda maior das riquezas naturais da região, através da Hidrovia Araguaia-Tocantins. E o povo só fica com os impactos e as migalhas desses projetos. São mais de 10 mil famílias que serão atingidas em 9 municípios. E para onde vão essas famílias?

Vamos lutar contra a construção dessa obra, contra a privatização de nossos rios e exigir um plano de desenvolvimento pautado no respeito ao meio ambiente e à população paraense.

Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB

Realização:
Projeto Nova
Cartografia Social
da Amazônia

